

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO CRÍTICA E ÉTICA DOS ESTUDANTES

EDUCATION AND CITIZENSHIP: THE ROLE OF THE SCHOOL IN THE CRITICAL AND ETHICAL DEVELOPMENT OF STUDENTS

Tais Helena de Paula Monnerat

Universidade de Brasília, Brasil

Joana Cleide Alves Rodrigues Mendes

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Elisângela Vidal Galindo

Universidade Paulista, Brasil

Izolina de Souza Campos

MUST University, Estados Unidos

Francisca Laudenis Martins de Melo

Universidad del Sol, Paraguai

Laressa Crisciane Ferreira Felipe Reatti

MUST University, Estados Unidos

Lidiana Maria Côgo Lordelo

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Thiara Martins Vieira Mendes

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/71nmzf39>

Publicado em: 12.01.2026

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar o papel da escola na formação da cidadania crítica, ética e ambiental dos estudantes, a partir de uma abordagem teórica que considera a educação como instrumento de transformação social. O estudo tratou do tema da cidadania escolar sob três dimensões principais: os fundamentos pedagógicos da formação ética, as práticas educativas voltadas à participação coletiva e a integração da sustentabilidade ao processo formativo. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com seleção de textos acadêmicos publicados entre 2020 e 2025, analisados segundo critérios de relevância e coerência com o problema proposto. A investigação demonstrou que a escola, quando estruturada como espaço democrático, pode promover uma educação orientada por valores como justiça, corresponsabilidade e respeito às diferenças, desde que desenvolva práticas pedagógicas que articulem currículo, participação e ação ética. Também se constatou que a inserção da dimensão ambiental amplia o alcance da formação cidadã, ao vincular os direitos humanos à defesa da vida



coletiva e à preservação ecológica. Concluiu-se que a cidadania crítica exige práticas escolares que favoreçam o protagonismo estudantil, o diálogo e a leitura reflexiva das estruturas sociais e ambientais, o que demanda tanto compromisso institucional quanto revisão das finalidades educativas.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Equidade, Currículo, Protagonismo, Corresponsabilidade.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the role of the school in the formation of students' critical, ethical, and environmental citizenship, based on a theoretical approach that considers education as an instrument of social transformation. The study addressed the theme of school citizenship in three main dimensions: the pedagogical foundations of ethical formation, educational practices focused on collective participation, and the integration of sustainability into the educational process. The methodology used was based on a qualitative bibliographic research, with the selection of academic texts published between 2020 and 2025, analyzed according to their relevance and coherence with the proposed research problem. The investigation demonstrated that the school, when structured as a democratic space, can promote education guided by values such as justice, co-responsibility, and respect for differences, as long as it develops pedagogical practices that articulate curriculum, participation, and ethical action. It was also found that incorporating the environmental dimension broadens the scope of citizenship education by linking human rights to the defense of collective life and ecological preservation. It was concluded that critical citizenship requires school practices that promote student protagonism, dialogue, and a reflective understanding of social and environmental structures, which demands both institutional commitment and a redefinition of educational purposes.

KEYWORDS: Democracy, Equity, Curriculum, Protagonism, Co-Responsibility.

Introdução

A relação entre educação e cidadania constituiu, historicamente, um dos principais eixos de discussão no campo das ciências humanas, em especial nas áreas da pedagogia, filosofia da educação e políticas públicas educacionais. A escola, como instituição social e cultural, assumiu, ao longo do tempo, um papel central na formação dos sujeitos e na mediação dos valores que estruturam a convivência democrática. No entanto, em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, exclusão social e degradação ambiental, a concepção de cidadania restrita à obediência normativa e à participação eleitoral mostrou-se insuficiente para dar conta das complexidades do mundo contemporâneo. Nesse cenário, discutiu-se a necessidade de um modelo de educação comprometido com a formação ética, a justiça social e a sustentabilidade, em que a cidadania crítica se afirmasse como prática cotidiana e não como retórica abstrata. A partir dessa perspectiva, este estudo delimitou como tema a reflexão sobre a formação crítica e ética dos estudantes no ambiente escolar, considerando a escola como espaço privilegiado para o exercício e a construção de uma cidadania ativa e transformadora.

A escolha por esse recorte temático justificou-se pela urgência em se repensar o papel da escola diante dos desafios sociais, políticos e ambientais que atravessam o século XXI. A educação formal, frequentemente submetida a lógicas tecnicistas e padronizações avaliativas, vem sendo questionada por sua limitação em promover práticas pedagógicas que estimulem a reflexão, a empatia, a participação e o compromisso coletivo. Diante desse cenário, refletiu-se sobre o sentido da formação ética escolar e sua capacidade de preparar sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres, aptos a intervir de forma responsável na vida pública e no cuidado com o meio ambiente. A relevância do tema também se relacionou com os debates atuais sobre a Agenda 2030, que propõe metas globais articuladas aos direitos humanos, à equidade e à preservação da vida. Dessa forma, o presente artigo buscou contribuir para a análise crítica do papel da educação escolar na constituição de uma cidadania ética e sustentável.

A partir dessas reflexões, formulou-se a seguinte pergunta norteadora: ‘Como a escola pode atuar na formação crítica e ética dos estudantes, promovendo a cidadania em sua dimensão política, social e ambiental?’. Com base nessa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o papel da escola na formação da cidadania crítica, ética e ambiental dos estudantes, considerando fundamentos teóricos e práticas pedagógicas que favoreçam essa constituição. Os objetivos específicos consistiram em: a) identificar os princípios teórico-pedagógicos que sustentam a formação cidadã crítica na escola; b) examinar práticas pedagógicas e projetos escolares que contribuam para o desenvolvimento ético e participativo dos estudantes; c) discutir a articulação entre cidadania, ética e sustentabilidade ambiental no espaço educativo.

A metodologia adotada fundamentou-se na pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com base em autores da área da educação que discutem criticamente os processos formativos, os projetos pedagógicos escolares e a dimensão ambiental da cidadania. A seleção e a análise dos textos priorizaram produções publicadas entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis na base SciELO. Foram utilizadas palavras-chave simples e diretas, como ‘educação e cidadania’, ‘formação ética na escola’, ‘projetos escolares’ e ‘sustentabilidade e ensino’. A técnica de análise consistiu na leitura, seleção e organização dos materiais conforme a relevância para a temática investigada, em consonância com os procedimentos descritos por Santana, Narciso e Fernandes (2025).

Os principais referenciais teóricos utilizados na pesquisa foram Ferreira *et al.* (2025), Furtado *et al.* (2025) e Alves e Duarte (2025), cujos trabalhos abordam, sob diferentes enfoques, a importância da formação ética no contexto escolar, o papel dos projetos educativos na construção da cidadania participativa e a articulação entre educação e sustentabilidade. A leitura dos textos permitiu construir uma base argumentativa sólida para o desenvolvimento do estudo, evidenciando a convergência entre diferentes autores quanto à centralidade da escola na promoção de uma cultura democrática, plural e ambientalmente responsável.

O artigo foi estruturado em três capítulos principais, além das seções metodológica, de resultados e considerações finais. No primeiro capítulo, ‘A escola como espaço formativo de

cidadania crítica: fundamentos teórico-pedagógicos’, discutiram-se os conceitos centrais que sustentam a formação cidadã na escola, com ênfase na crítica às concepções normativas e na valorização de práticas educativas orientadas pela ética, justiça social e participação política. No segundo capítulo, ‘Práticas pedagógicas e projetos escolares na construção da ética e da participação cidadã’, analisaram-se experiências escolares que promovem o protagonismo estudantil, a tomada de decisões coletivas e o desenvolvimento de valores éticos no cotidiano. Por fim, no terceiro capítulo, ‘A dimensão ambiental da cidadania escolar: educação ética para a sustentabilidade’, abordou-se a integração entre cidadania e sustentabilidade, enfatizando a importância da formação socioambiental no contexto educativo e sua vinculação aos princípios de corresponsabilidade e justiça ecológica.

Com essa estrutura, o artigo buscou oferecer uma reflexão teórica articulada, capaz de contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de práticas pedagógicas coerentes com os desafios éticos, sociais e ambientais do tempo presente.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar contribuições teóricas que discutem a relação entre educação, ética, cidadania crítica e sustentabilidade no contexto escolar. De acordo com Gil, esse tipo de pesquisa consiste no exame de materiais já publicados, com o intuito de compreender, problematizar e reinterpretar determinado tema a partir do diálogo com autores da área. Trata-se, portanto, de um processo investigativo que se fundamenta na leitura sistemática de obras acadêmicas, artigos científicos e produções teóricas relevantes, permitindo a construção de um referencial conceitual consistente.

A seleção dos materiais obedeceu a critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram considerados para análise apenas textos publicados entre os anos de 2020 e 2025, com recorte temático compatível com os objetivos da pesquisa. Além disso, optou-se por priorizar produções que abordassem diretamente a formação ética e cidadã na escola, excluindo-se trabalhos cujo foco se restringisse a avaliações quantitativas, políticas administrativas ou modelos educacionais tecnicistas. As ideias de Santana, Narciso e Fernandes (2025) fundamentam essa escolha, ao afirmarem que a metodologia de pesquisa bibliográfica, adota uma abordagem qualitativa para analisar os materiais coletados.

Os dados foram extraídos da base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), um importante repositório de acesso aberto que reúne artigos científicos revisados por pares, publicados em periódicos acadêmicos da América Latina, Caribe, Portugal e Espanha. Sua função é democratizar o acesso à produção científica de qualidade, sendo reconhecida por sua credibilidade e abrangência temática. A opção por essa base se justifica tanto pela relevância dos periódicos disponíveis quanto pela possibilidade de recuperar textos em português, facilitando a análise direta dos conteúdos.

As palavras-chave utilizadas no processo de busca foram escolhidas com base em sua aderência ao problema de pesquisa. Os termos ‘educação e cidadania’, ‘formação ética na escola’, ‘sustentabilidade e ensino’, ‘projetos escolares’ e ‘cidadania crítica’ foram combinados de forma simples, a fim de localizar textos que abordassem, de maneira direta, a articulação entre os eixos centrais do trabalho. A busca foi realizada por meio de operadores booleanos (como *AND* e *OR*), de modo a ampliar ou refinar os resultados, conforme a pertinência dos títulos e resumos.

O procedimento adotado para a análise dos materiais consistiu em três etapas: leitura exploratória dos títulos e resumos, seleção dos textos completos que atendiam aos critérios estabelecidos e, por fim, leitura integral e organização das ideias centrais. Essa técnica permitiu identificar as contribuições teóricas mais adequadas ao desenvolvimento do estudo, respeitando os parâmetros da análise qualitativa.

Ao longo do processo, buscou-se respeitar a metodologia proposta pelos autores selecionados, garantindo que os conceitos, categorias e interpretações fossem tratados com rigor, fidelidade e coerência. A sistematização do material teórico permitiu construir uma linha argumentativa sólida, que responde aos objetivos da pesquisa e sustenta as discussões apresentadas nas seções seguintes. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não apenas ofereceu embasamento conceitual, mas possibilitou a articulação entre diferentes perspectivas acadêmicas sobre a educação para a cidadania ética e sustentável.

A escola como espaço formativo de cidadania crítica: fundamentos teórico-pedagógicos

A concepção da instituição escolar como ambiente de construção da cidadania crítica exige a superação de modelos pedagógicos pautados na neutralidade ideológica e na simples transmissão de conteúdos. Para Ferreira *et al.* (2025), promover a cidadania pressupõe reconhecer o educando como agente histórico, inserido em contextos de exclusão, com capacidade de intervir nas estruturas sociais. Nessa perspectiva, a educação assume uma função política e ética, orientada não apenas à aquisição de saberes, mas à constituição de sujeitos conscientes de sua inserção na coletividade. Alves e Duarte (2025) reforçam esse entendimento ao afirmar que o espaço escolar deve contribuir para o desenvolvimento de valores como justiça, equidade e participação ativa, opondo-se a práticas autoritárias e desconectadas da realidade.

Além disso, Furtado *et al.* (2025) argumentam que o desenvolvimento da consciência cidadã exige uma abordagem emancipadora da prática pedagógica, pautada na análise crítica da realidade e no compromisso ético com a transformação social. Essa concepção contrasta com o ensino conteudista, fragmentado e desvinculado das questões concretas que atravessam a vida dos estudantes. Desse modo, o ambiente educativo é compreendido como campo de disputas simbólicas, capaz de funcionar tanto como instrumento de mobilização quanto de manutenção das desigualdades.

Para que a cidadania se manifeste de modo efetivo, é indispensável que a escola proporcione experiências que incentivem a autonomia intelectual, o pensamento analítico e a atuação colaborativa. Como observam Alves e Duarte (2025), essa estrutura pedagógica requer condições que permitam ao estudante compreender seus direitos e obrigações e atuar de forma responsável no coletivo. Em sintonia com essa visão, Ferreira *et al.* (2025, p. 4) afirmam que,

[...] compreender a cidadania sob a ótica crítica implica situá-la no campo das disputas sociais e políticas, reconhecendo que sua efetivação depende de processos educacionais comprometidos com a transformação da realidade e com o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Do mesmo modo, Furtado *et al.* (2025) destacam que a escola deve ser entendida como local de experiências sociais significativas, no qual se exercita a convivência ética e a elaboração de normas coletivas. Práticas como gestão participativa, resolução dialogada de conflitos e valorização da diversidade constituem elementos essenciais dessa proposta. Essa visão amplia os limites tradicionais do currículo, ao integrar dimensões relacionais e culturais ao processo de ensino-aprendizagem, ressignificando o papel atribuído aos diferentes atores da comunidade escolar.

Os autores Ferreira *et al.* (2025) complementam essa argumentação ao defenderem uma dinâmica pedagógica centrada no diálogo e na construção conjunta do conhecimento. Essa perspectiva afasta-se da lógica instrucional autoritária e sustenta-se em valores como escuta, reflexão e responsabilização coletiva. Assim, o projeto educativo deixa de estar orientado apenas à instrução técnica e assume finalidades políticas voltadas à atuação consciente no espaço público. Do mesmo modo, Furtado *et al.* (2025) observam que a constituição da consciência ética exige a mobilização dos sujeitos em torno de práticas colaborativas e da elaboração de respostas concretas aos desafios sociais.

Ainda nessa direção, Alves e Duarte (2025) destacam que a incorporação de temáticas como justiça social, equidade de gênero, diversidade cultural e sustentabilidade nos percursos curriculares é condição necessária para a constituição de um pensamento ético ampliado. Ao integrar tais elementos ao cotidiano pedagógico, a escola reafirma seu papel na formação de sujeitos comprometidos com valores coletivos. Essa reorganização curricular não se resume à inserção de novos conteúdos, mas implica transformações na metodologia e nas relações escolares, promovendo uma pedagogia orientada pela responsabilidade ética.

Por consequência, reconhece-se que a escola exerce uma função estratégica na articulação entre subjetividade e responsabilidade coletiva. Essa mediação entre conhecimento e ação social torna-se possível quando o estudante é desafiado a interpretar criticamente o mundo e a intervir nele com consciência e responsabilidade. Nesse contexto, ganha destaque a afirmação de Ferreira *et al.* (2025, p. 3):

A escola deve se constituir como espaço de vivência democrática, em que os sujeitos aprendam, na prática, os princípios da convivência ética, da justiça social e da participação política, rompendo com a lógica da formação tecnicista e instrumentalizante.

Essa formulação reafirma a necessidade de um projeto pedagógico sustentado em compromissos éticos e políticos, no qual a cidadania crítica se realize concretamente nas relações escolares e nas práticas formativas. Assim, o espaço educativo consolida-se como instância legítima de construção de sujeitos coletivos, capazes de intervir de forma consciente e transformadora na sociedade.

Práticas pedagógicas e projetos escolares na construção da ética e da participação cidadã

A atuação ética e politicamente engajada no contexto escolar exige práticas pedagógicas que extrapolem a transmissão de normas e valores por meio de discursos prescritivos. Nesse sentido, Ferreira *et al.* (2025) destacam que a prática educativa voltada à cidadania crítica deve se expressar por meio de projetos coletivos, que valorizem o diálogo, a escuta e a participação ativa dos estudantes no processo formativo. Ao reconhecer a escola como espaço de construção de vínculos sociais, os autores ressaltam a importância de metodologias que incentivem a interação entre os sujeitos, a análise crítica das situações vividas e a tomada de decisões compartilhadas.

Além disso, Furtado *et al.* (2025) argumentam que os projetos escolares representam instrumentos potentes para a formação de estudantes com consciência ética e sensibilidade social. Tais experiências devem estimular a corresponsabilidade, a resolução colaborativa de problemas e o engajamento com questões concretas da realidade. A esse respeito, os autores apontam que projetos bem estruturados são espaços privilegiados de aprendizagem democrática, pois rompem com a lógica meritocrática e competitiva que, com frequência, orienta as dinâmicas escolares tradicionais. Em vez disso, promovem uma cultura participativa e dialógica, centrada na cooperação e no compromisso coletivo.

Alves e Duarte (2025) reforçam essa perspectiva ao defenderem a necessidade de práticas pedagógicas que mobilizem os estudantes em torno de problemáticas sociais e ambientais presentes em suas comunidades. Para os autores, o vínculo entre o conhecimento escolar e a realidade vivida constitui condição para que os estudantes desenvolvam senso de responsabilidade, senso crítico e capacidade de ação transformadora. Essa conexão entre saber e prática amplia o alcance formativo da escola, situando-a como instituição que estimula a agência social desde os anos iniciais da educação básica. Ademais, Ferreira *et al.* (2025, p. 8) afirmam que,

[...] a formação ética na escola exige metodologias participativas que favoreçam a reflexão crítica sobre os problemas sociais, permitindo que os estudantes experimentem, desde cedo, formas concretas de agir coletivamente e de reivindicar direitos.

Essa compreensão desloca o foco da ética como conteúdo teórico e a posiciona como prática vivenciada nas relações cotidianas e nas dinâmicas de convivência escolar. Assim, o compromisso com a justiça e com a equidade passa a ser exercitado em situações reais, mediadas pelo planejamento e execução de projetos coletivos.

Enquanto Ferreira *et al.* (2025) enfatizam a integração entre currículo e vivência ética, Furtado *et al.* (2025) ressaltam que o desenvolvimento de projetos com foco na cidadania requer a superação das fronteiras disciplinares. Segundo os autores, tais práticas favorecem o debate sobre valores sociais e incentivam a atuação conjunta dos estudantes, contribuindo para sua formação integral. A mediação de conflitos, a escuta ativa e a valorização da diversidade são apresentadas como componentes fundamentais da aprendizagem ética. Além disso, destacam que a participação efetiva dos estudantes em decisões escolares fortalece sua identidade como sujeitos políticos.

Por sua vez, Alves e Duarte (2025) chamam atenção para a importância da construção de vínculos afetivos e solidários no ambiente educacional. Para eles, as práticas pedagógicas orientadas por valores como empatia e respeito às diferenças favorecem o desenvolvimento da sensibilidade ética e da responsabilidade compartilhada. Os autores destacam que, ao serem inseridos em atividades colaborativas, os estudantes não apenas aprendem sobre ética, mas constroem-na nas interações que estabelecem com seus pares e com os demais membros da comunidade escolar.

Nesse contexto, os projetos educativos passam a ser compreendidos como estratégias para a constituição de sujeitos capazes de intervir de forma crítica na realidade. Furtado *et al.* (2025) argumentam que tais projetos possibilitam aos estudantes identificar questões relevantes em seu entorno, propor soluções e experimentar formas coletivas de organização. Em consonância, Alves e Duarte (2025) observam que o engajamento dos discentes em todas as etapas dos projetos — planejamento, execução e avaliação — fortalece sua autonomia e consciência social. Ao serem protagonistas desses processos, os estudantes assumem responsabilidades que extrapolam o espaço escolar e repercutem em sua atuação comunitária.

Por fim, é necessário salientar que o desenvolvimento da ética no ambiente escolar está intrinsecamente vinculado às práticas institucionais cotidianas, responsáveis por organizar a convivência entre os sujeitos. Nesse sentido, Ferreira *et al.* (2025) argumentam que os projetos escolares desempenham papel fundamental na construção de uma cultura democrática, pois criam oportunidades para que valores como respeito, solidariedade e responsabilidade social sejam vivenciados na prática e não apenas abordados em termos teóricos. A vivência dessas experiências, conforme os autores, constitui o eixo estruturante da formação ética e da participação cidadã, uma vez que permite aos estudantes atuar coletivamente em contextos reais, alinhando o cotidiano escolar aos princípios que sustentam uma educação democrática.

Adimensão ambiental da cidadania escolar: educação ética para a sustentabilidade

A incorporação da sustentabilidade ao projeto pedagógico da escola pressupõe uma concepção ampliada de cidadania, que ultrapasse os limites jurídico-formais e abranja dimensões éticas, sociais e ecológicas. Para Ferreira *et al.* (2025), formar cidadãos comprometidos com o bem comum requer uma abordagem que articule a responsabilidade com o outro, com os

coletivos e com o meio em que se vive, deslocando o foco da cidadania individual para sua dimensão socioambiental. Nesse sentido, a educação ética deve promover, desde os anos iniciais, o reconhecimento da interdependência entre sujeitos e a construção de vínculos de cuidado com o ambiente natural e social.

Partindo dessa perspectiva, Furtado *et al.* (2025) ressaltam que a cidadania ambiental exige a articulação entre valores éticos e consciência ecológica, o que impõe à escola o desafio de integrar a sustentabilidade ao seu cotidiano formativo. A atuação pedagógica, portanto, deve ser orientada por princípios de cooperação, corresponsabilidade e transformação dos modos de vida, integrando saberes curriculares com práticas voltadas à preservação dos ecossistemas e à justiça ambiental. Essa postura amplia a função tradicional da escola, deslocando-a de um modelo instrucional para um modelo ético-crítico de formação.

Embora partilhem fundamentos comuns, os autores destacam ênfases distintas. Enquanto Ferreira *et al.* (2025) situam a educação ambiental no campo da responsabilidade ética com as futuras gerações, Alves e Duarte (2025) sublinham a necessidade de romper com práticas educativas fragmentadas, por meio da interdisciplinaridade e da problematização das relações entre sociedade e natureza. Tal postura exige da escola o desenvolvimento de competências analíticas voltadas à compreensão dos impactos socioambientais das ações humanas e ao enfrentamento das urgências ecológicas que caracterizam o tempo presente.

Adicionalmente, Furtado *et al.* (2025) argumentam que a educação ética para a sustentabilidade não se limita ao ensino de conteúdos ambientais, mas envolve a promoção de atitudes e comportamentos pautados no cuidado e na transformação coletiva. Para tanto, defendem práticas pedagógicas que favoreçam a articulação entre currículo formal e experiências concretas de preservação ambiental, com vistas à revisão crítica dos padrões de consumo e das lógicas de exploração dos recursos naturais. Essa proposta exige da escola uma postura ativa na mediação entre saberes e práticas sociais.

Além disso, Alves e Duarte (2025) chamam atenção para o papel da Agenda 2030 como referência normativa e pedagógica para o trabalho com sustentabilidade no contexto escolar. Ao articular objetivos globais de justiça social e preservação ambiental com o cotidiano educativo, o marco internacional contribui para situar as ações escolares em uma perspectiva ampliada de responsabilidade coletiva. Contudo, os autores alertam que essa referência não deve ser aplicada de modo prescritivo, mas reinterpretada de forma crítica e contextualizada nas realidades escolares específicas.

Nesse sentido, a formação da cidadania ambiental deve ser entendida como uma tarefa contínua e transversal, incorporada às práticas escolares em sua totalidade. Segundo Alves e Duarte (2025), isso implica integrar a sustentabilidade à gestão democrática dos recursos, aos projetos coletivos e à cultura institucional da escola, evitando seu tratamento como conteúdo isolado. Essa abordagem assegura a coerência entre os princípios pedagógicos defendidos

e as ações cotidianas da instituição educativa, fortalecendo a vivência dos valores propostos. Conforme Ferreira *et al.* (2025, p. 10),

[...] educar para a cidadania é também educar para a preservação da vida em todas as suas formas, desenvolvendo nos sujeitos a consciência de pertencimento e responsabilidade ética com os ecossistemas e com as gerações futuras.

Essa formulação reafirma o compromisso da escola com a promoção de uma ética voltada à vida coletiva, na qual os vínculos entre humanos e natureza são compreendidos como indissociáveis. Ao situar a cidadania nesse horizonte, os autores ampliam seu escopo, propondo uma formação que responsabilize os sujeitos por escolhas que afetem o presente e o futuro de todos.

Dessa forma, a dimensão ambiental da cidadania escolar não pode ser dissociada da perspectiva ética que fundamenta a convivência democrática e a justiça social. A escola, ao assumir essa tarefa, promove não apenas a educação para o conhecimento, mas a formação de sujeitos engajados com a defesa da vida em sua totalidade. Portanto, torna-se necessário repensar práticas pedagógicas, reorganizar o currículo e comprometer toda a comunidade escolar com um projeto formativo que integre sustentabilidade e responsabilidade social como princípios estruturantes da ação educativa.

Resultados e discussões

A análise dos referenciais teóricos selecionados permitiu identificar que a escola ocupa uma posição estratégica na formação de sujeitos éticos e politicamente ativos, sendo considerada não apenas um espaço de transmissão de saberes, mas de vivência de práticas democráticas, reflexão crítica e participação coletiva. A partir dos dados levantados na literatura, observou-se que a cidadania, quando abordada em sua dimensão crítica, incorpora elementos éticos, sociais e ambientais, demandando da instituição escolar uma atuação voltada à transformação das estruturas que sustentam desigualdades e à construção de uma cultura participativa.

Essas descobertas evidenciam que práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na escuta e na corresponsabilidade promovem maior engajamento dos estudantes com a realidade que os cerca. O papel dos projetos escolares foi destacado como instrumento formativo privilegiado, capaz de integrar teoria e prática em torno de temas socialmente relevantes. Além disso, a articulação entre cidadania e sustentabilidade ampliou o campo de ação da escola, atribuindo à formação ética um caráter socioambiental que reorienta as finalidades educativas em direção à justiça social e à preservação da vida. Os trabalhos de Ferreira *et al.* (2025), Furtado *et al.* (2025) e Alves e Duarte (2025) convergem ao afirmar que esse processo formativo exige uma abordagem pedagógica crítica e comprometida com valores democráticos.

Ao comparar essas conclusões com a produção acadêmica recente, verifica-se consonância com autores que defendem a superação de modelos tecnicistas e a valorização de práticas interdisciplinares voltadas ao desenvolvimento de competências ético-políticas. A literatura de

base freireana e os estudos em educação ambiental crítica sustentam que o processo de formação cidadã não se esgota na compreensão normativa dos direitos, mas requer a problematização das relações sociais, o enfrentamento das desigualdades e a participação ativa dos sujeitos em projetos coletivos. Assim, os resultados obtidos dialogam com um campo consolidado de pesquisa que atribui à escola o papel de agente transformador da realidade social e ecológica.

Apesar da relevância das conclusões apresentadas, é importante reconhecer algumas limitações. Os referenciais teóricos analisados partem, em grande medida, de proposições normativas sobre o papel da escola, sem que haja, necessariamente, uma avaliação empírica de sua efetividade nos contextos concretos. A distância entre os princípios defendidos nos textos e sua aplicabilidade em instituições educacionais marcadas por desigualdades estruturais, ausência de recursos e resistências culturais deve ser considerada com cautela. Pesquisadores como Arroyo e Apple destacam a complexidade das condições escolares e a presença de fatores que limitam a efetivação de práticas pedagógicas emancipadoras, como a padronização curricular e as exigências avaliativas externas.

Adicionalmente, algumas formulações teóricas tendem a idealizar a capacidade transformadora da escola, desconsiderando que ela também opera como espaço de reprodução de normas, exclusões e hierarquias. Essa ambivalência foi observada na literatura crítica e merece ser incorporada à análise, sob pena de restringir a compreensão das contradições do campo educacional. Autores como Ball e Dubet problematizam a ideia de que políticas educativas democráticas são, por si só, suficientes para produzir sujeitos críticos, apontando a importância de se considerar os conflitos, disputas e resistências que atravessam a prática pedagógica.

No tocante a resultados inesperados, destaca-se a centralidade atribuída à dimensão ambiental da cidadania nos textos analisados. Ao contrário de abordagens tradicionais que tratam a sustentabilidade como conteúdo isolado ou complementar, os autores examinados inserem a questão ecológica como eixo estruturante da formação ética. Esse deslocamento conceitual sugere uma reconfiguração da cidadania escolar, incorporando temas como justiça ambiental, corresponsabilidade intergeracional e modos de vida sustentáveis ao currículo formal. Tal interpretação é coerente com estudos recentes da educação ambiental crítica, que apontam a necessidade de reorientar o projeto educativo diante dos desafios planetários.

Diante do exposto, recomenda-se a ampliação de pesquisas empíricas que investiguem como os princípios éticos, democráticos e socioambientais são incorporados no cotidiano das escolas públicas. Seria relevante analisar as condições concretas que favorecem ou dificultam a implementação de práticas pedagógicas orientadas para a cidadania crítica, considerando as desigualdades regionais, a formação docente e as diretrizes curriculares. Além disso, sugere-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre diferentes realidades escolares, a fim de compreender as estratégias utilizadas por instituições que conseguiram incorporar a sustentabilidade como princípio pedagógico transversal. Essas investigações poderão contribuir

para o fortalecimento de políticas públicas educacionais mais coerentes com os desafios éticos e sociais do século XXI.

Conclusão

O estudo desenvolvido teve como finalidade examinar o papel da escola na formação crítica e ética dos estudantes, compreendendo a educação como instrumento de promoção da cidadania em suas dimensões social, política e ambiental. A partir da análise dos referenciais teóricos selecionados, foi possível responder às questões orientadoras inicialmente propostas, evidenciando de que modo a instituição escolar pode contribuir para a constituição de sujeitos autônomos, conscientes e socialmente engajados.

Ao retomar os objetivos delineados, observa-se que a investigação alcançou êxito em demonstrar que a escola, enquanto espaço formativo, deve ultrapassar a função instrucional tradicional e assumir compromissos éticos com a transformação das relações sociais. Verificou-se que práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na participação e na reflexão crítica são essenciais para a formação cidadã. A construção de uma cultura democrática no cotidiano escolar, por meio de projetos interdisciplinares e ações colaborativas, foi identificada como estratégia eficaz para o desenvolvimento de valores como solidariedade, responsabilidade coletiva e justiça.

Outro ponto relevante foi a integração entre cidadania e sustentabilidade, aspecto que ampliou o escopo da análise e permitiu reconhecer que a formação ética não se limita às relações interpessoais, mas envolve também o compromisso com o meio ambiente e com as gerações futuras. A dimensão ambiental da cidadania, quando incorporada às práticas educativas, promove uma leitura mais ampla da responsabilidade social, exigindo novas metodologias e abordagens curriculares.

Embora os objetivos tenham sido atingidos, o estudo identificou lacunas que podem orientar futuras investigações. A principal limitação observada refere-se à escassez de análises empíricas que verifiquem como essas propostas teóricas se concretizam no cotidiano das escolas públicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. Também se constatou a necessidade de aprofundar estudos sobre a formação docente voltada à cidadania crítica, à ética e à sustentabilidade, com ênfase em processos de formação continuada.

Diante disso, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas que explorem, com base em evidências empíricas, as práticas pedagógicas que têm sido eficazes na promoção da cidadania crítica e ambiental. Investigações de caráter qualitativo, centradas na escuta de estudantes, professores e gestores, poderão oferecer subsídios para a formulação de políticas educacionais mais alinhadas aos princípios éticos e democráticos. Além disso, estudos comparativos entre diferentes redes e regiões podem contribuir para compreender os fatores contextuais que favorecem ou dificultam a materialização desses princípios no espaço escolar.

Referências

ALVES, M. A.; DUARTE, K. M. Educação e cidadania ambiental: uma análise a partir da Agenda 2030 da ONU. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 20, n. 2, p. 397-418, 2025.

FERREIRA, W. L. A.; MARTINHON, P. T.; SILVA, C. R. S. Cidadania em construção: o papel da educação na formação de sujeitos críticos. **Horizontes**, v. 43, n. 1, p. e023178, 2025.

FURTADO, A. A. G. *et al.* Educação para a cidadania e a sustentabilidade no ensino básico: ética, valores sociais e o papel dos projetos educacionais. **Educação em Foco: Saberes, Desafios e Transformações**. 2. ed. São José dos Pinhais: Impacto Científico, 2025. p. 241-260.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13333, 2025.